

A formação histórica do catolicismo pioneiro em Maringá

Selson Garutti

Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP).

Graduando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

e-mail: sgarutti@bol.com.br

Resumo: Esta pesquisa volta-se à análise da Igreja Católica Apostólica Romana, aqui representada pela Diocese de Maringá, Paraná – uma Diocese cuja história se confunde com a história da cidade, visto que ambas foram fundadas na mesma época. Isto quer dizer que os católicos fizeram parte dos primeiros colonizadores, que chegaram à região quando quase tudo era uma densa mata, para transformá-la, em pouco tempo, em uma das regiões mais desenvolvidas economicamente do país. No entanto, a prática dessa presença católica não é de todo relevada nos documentos oficiais produzidos pela Diocese de Maringá. Em razão disso, o presente trabalho tenta recuperar a sua história e analisá-la em seus diferentes momentos, buscando entender como se deu a interação deste grupo religioso com a sociedade da qual é parte integrante. Para isso, utilizaram-se editoriais publicados aos domingos no primeiro jornal matutino da cidade *A Folha do Norte do Paraná*, fazendo uma análise de conteúdos¹, confrontando tais editoriais com as cartas pastorais e as revistas comemorativas publicadas pela Diocese, utilizando para isso as obras de Sérgio Miceli e Scott Mainwaring como referencial teórico.

Palavras-chave: 1. Catolicismo. 2. Maringá. 3. Pioneirismo.

Abstract: The present research is dedicated to an analysis of the Roman Catholic Church here represented by the diocese of Maringá, Paraná – a diocese whose history is confounded with the very history of the town, because both were founded in the same time. This means that Catholics made part of the first colonizers who came to the region when almost everything was just a dense wood, to transform it (in a short time) in one of the most economically developed regions of the country. However the practice of this Catholic presence is not totally distinguished in official documents produced by the diocese in Maringá. Because of this, the present work tries to recover its history and analyze it in its different moments, by an attempt to understand how was the interaction between this religious group and the and society which it belongs to. This way we used editorials published on Sundays in the first morning journal of the city, *A Folha do Norte do Paraná*, through an analysis of contents, confronting such editorials with pastoral letters and commemorative journals published by the diocese, and taking the works of Sérgio Miceli and Scott Mainwaring as theoretical references.

Keywords: 1. Catholicism. 2. Maringá. 3. Pioneer.

Introdução

A presente proposta de pesquisa consiste em compreender o discurso e as práticas do catolicismo instituído na cidade de Maringá entre as décadas de 1947 a 1987, a partir de uma nova perspectiva da religião modernizante, dada pelo processo histórico

¹ FRANCO, 1994. Capítulo 8: Estudo de caso e a análise quantitativa / qualitativa, p. 151-157, capítulo 9: O que é análise de conteúdo, p. 155-180.

que teve por cume o Concílio Vaticano II. Tal proposta temática consiste na relação existente entre Igreja e Sociedade em suas relações de poder aí imbricado. No entendimento desta proposta temática está a ideia de que as relações sociais de poder sustentam-se e se perpetuam por meio de variados recursos simbólicos, linguísticos e de comportamentos. Trata-se de investigar os significados dessas relações sociais e como essas contribuíram para a formação da ideia de uma noção moderna de urbanidade, tendo como contribuição a Igreja Católica institucionalizada na cidade de Maringá.

Nesse sentido, as relações existentes entre Igreja, Religião e Sociedade devem ser tratadas a partir de uma relação de conservação da ordem social estabelecida e legitimação pelo poder e dominação. Há um confronto histórico permanente entre Igreja e a Sociedade em que ela se insere. Assim, mesmo que haja um discurso elaborado pelos “especialistas religiosos”, influenciados por doutrinas romanizadas, ela se constituirá conforme as múltiplas relações sociais e de poder que envolvem seus seguidores historicamente constituídos. É este fazer social histórico do catolicismo em Maringá entre as décadas de 1950 a 1980 que se pretende discutir.

Material e método

A elaboração dos objetivos desta proposta parte da análise do material existente no Arquivo do Museu Diocesano de Maringá, onde foi realizado um levantamento preliminar das fontes de pesquisa. Espaço no qual se localiza um volume considerável da coleção do primeiro jornal de Maringá, intitulado *A Folha do Norte do Paraná*, separados por anos desde 1945 até 1987, permitindo o acesso a diversas informações históricas. Cada volume tem o formato de um dossiê, no qual se pode encontrar um relato do cotidiano da vida sociocultural maringaense, bem como o discurso da burguesia industrial que procurou defender seu *status quo*, baseando-se em noções capitalistas conservadoras.

Este material jornalístico representa importante fonte documental a qual permite observar o cotidiano da sociedade maringaense que se formava. É preciso deixar claro que esse estudo não irá analisar unicamente as fontes jornalísticas pesquisadas, mas deve-se levar em consideração a bibliografia já produzida sobre a cidade, buscando subsídios para uma comparação e análise.

A leitura da documentação jornalística existente no arquivo conduz a pesquisa a um trabalho de “garimpo” aí realizado, pois a diocese não preservou muito dos seus documentos considerados de valor permanente. Este trabalho permitirá adentrar no universo sociocultural religioso da cidade e conhecer parte das ações ligadas aos movimentos eclesiais da Igreja Católica em Maringá. Esta análise torna-se indispensável por permitir conhecer fatos e discursos da Igreja institucional, que provavelmente, não se encontram em outras fontes documentais.

Visando contribuir para o atual movimento de renovação dos estudos acadêmicos na área de Ciências da Religião sobre o período de institucionalização da diocese de Maringá, período esse que vai de 1947 a 1964, pretende-se reconstruir e compreender a história de Dom Jaime Luiz Coelho, como primeiro bispo da diocese de Maringá e parte integrante da estrutura sociocultural religiosa de maringaense.

Procurando analisar a história da Igreja Institucional incardinada em Maringá a partir de ações concretas do então Bispo Dom Jaime Luiz Coelho, permitindo a reconstrução dos sujeitos históricos, seguindo as perspectivas de referenciais teóricos dos autores Sergio Miceli (1988) e Scott Mainwaring (1989).

Enquanto Sergio Miceli trata da formação do processo de construção institucional da Igreja Católica brasileira ao longo da República Velha (1890-1930), tem-se aí, de um lado as novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, os desafios organizacionais e condicionantes políticos que a Igreja teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira. Miceli aponta o século

XIX como um momento-chave para os rumos tomados pela Igreja em âmbito nacional. Desta forma, sua obra trata do processo de transição do antigo regime de Padroado para um novo *status* político do regime republicano com seus elementos históricos e geográficos (MICELI, 1988).

Mainwaring dá continuidade a essa discussão tratando sobre formação do processo de construção institucional da Igreja Católica brasileira ao longo da história de 1916 a 1985. Na América Latina, a Igreja brasileira se destaca por ser a maior e mais progressista, reunindo mais adeptos do que qualquer outra Igreja do mundo ocidental. Com efeito, o instituto cristão católico tem estado à frente de algumas das mudanças eclesiais mais significativas dos últimos tempos. Essa relação tem sido alterada gradativamente. A presença da Igreja na política brasileira tem sido marcante. Vinculada ao Estado e às classes dominantes até 1964, entrou em sérios atritos com o Estado durante as duas décadas do governo militar. Durante o período de maior repressão (1968-1974), a Igreja, com frequência, era a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e para defender os direitos humanos. Quando o Brasil se aproximou de uma democracia liberal, em meados da década de 80, a Igreja ainda desfrutava de importância política (MAINWARING, 1989).

Pretendendo-se uma pesquisa interdisciplinar utilizando fontes históricas jornalísticas e bibliográficas, propondo romper com uma noção de história factual e cronológica, assumindo como perspectiva as relações culturais como análise estrutural dos condicionamentos sociais, políticos e religiosos (NUNES, 1994), entendendo a Igreja de Maringá como elemento engendrador das relações dos sujeitos históricos. O diferencial está no enfoque, o qual consiste no entendimento da importância que os condicionamentos socioculturais religiosos têm para a história da cidade, sendo base de entendimento os sujeitos como seres socioculturais, uma vez que sua essência não consiste numa abstração inerente ao indivíduo, mas, sim, numa realidade, um conjunto das relações socioculturais.

O sujeito vive em grupo, tendo a partir daí suas referências de conhecimento. O fenômeno religioso faz parte desse aparato conceitual da sociedade, considerado como um dos meios de transmissão das experiências socioculturais acumuladas, no qual os juízos estão condicionados pelos sistemas aceitos como valorativos, possuindo um caráter de classe. A partir desse tipo de abordagem, o estudo dessa construção fragmentada expõe conflitos e lutas dos interesses das classes dentro dos aspectos do seu cotidiano e de sua própria cultura local, considerando estratégias de auto-organização e resistência, tornando possível evidenciar o processo histórico de construção de identidades destes sujeitos sociais.

A documentação jornalística (*Folha do Norte do Paraná S.A.*), primeiro jornal matutino de Maringá encontra-se atualmente no Museu diocesano de Maringá (Catedral). No Arquivo do Museu da Bacia do Paraná (UEM), encontra-se o arquivo de fragmentos jornalísticos preservados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O Centro de Memória e Patrimônio histórico do Município de Maringá também se constitui em referência para a pesquisa, tendo importante documentação referente à cidade de Maringá, além da documentação sobre os pioneiros da cidade e demais documentações produzidas que abarcam o processo de implantação do Município.

Plano de trabalho

Pelo resgate bibliográfico verifica-se a necessidade da adoção de uma sequência metodológica, tanto na fase de levantamento quanto na de análise e interpretação dos dados. Nesta metodologia os dados tanto qualitativos quanto quantitativos devem ser entendidos como sendo complementares e que se retroalimentam no processo de pesquisa. Para aplicação desta técnica metodológica, tomou-se como referência de estudo a Igreja Católica Institucional em Maringá, Paraná, levando-se em conta a formação-construção da identidade sociocultural religiosa de Maringá.

Proposta de análise

A análise de conteúdo desta pesquisa deve ser realizada por meio da recuperação e interpretação de uma série de reportagens coletadas junto à imprensa, no primeiro jornal local (*Folha do Norte do Paraná*).

Para fins didáticos e para melhor visualização da opinião contida nos artigos, as fases de formação da pesquisa foram divididas tomando por base o processo proposto por Andrade (1989) e analisados sob o enfoque qualitativo apresentado através de uma sistematização e operacionalização de análise seguindo a metodologia proposta por Bardin (1977, p. 160).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (variáveis inferidas) nas mensagens. Uma das características que define esta análise de conteúdo consiste na busca do entendimento da comunicação entre os sujeitos, apoiando-se no (re) conhecimento do conteúdo das mensagens. Não querendo saber apenas “o que se diz”, mas “o que se quis dizer” com tal manifestação. Importante neste processo de análise de conteúdo é a tentativa de captar as mensagens transmitidas.

Nesse procedimento proposto deve-se dar ênfase na avaliação quantitativa dos dados. No entanto, dar-se-á maior ênfase à análise qualitativa por esta permitir não somente a análise do “conteúdo manifesto” dos documentos, como também de seu “conteúdo latente”, buscando uma conclusão apoiada não apenas em dados quantitativos, numa visão estática, mas apoiando-se em uma visão em geral qualitativa e dinâmica.

Sem excluir as informações estatísticas, faz-se necessário uma interação dinâmica capaz de fazer saltar aos olhos as ideologias, tendências intenções e características dos fenômenos socioculturais religiosos que se quer analisar, buscando uma interação cada vez maior dos conteúdos, manifestos num processo dinâmico, estrutural e histórico.

O princípio norteador da técnica da análise de conteúdo em seu enfoque metodológico latente tem como base de interpretação a corrente dialética, querendo perceber a dinâmica contextual e histórica dos fatos, e não apenas a sua caracterização e sistematização lógica, ou ainda, um simples relato de fatos históricos.

Esta sistematização proposta segue, basicamente, três etapas:

a) Pré-análise: consiste na seleção e organização do material documental;

b) Descrição analítica: consiste no processo de análise profunda dos documentos, tomando como base as hipóteses e referenciais teóricos. Neste momento é que se criam os temas de estudo e as tramas de relações, podendo-se fazer a sua decodificação, classificação e/ou categorização;

c) Interpretação referencial: consiste em um momento de compreensão mais ampla das inferências e relações construídas entre as bases documentais. É neste momento que, a partir dos dados empíricos e informações coletadas, estabelece-se a compreensão das relações entre o objeto de análise e seu contexto mais amplo, chegando às reflexões que constituem a verificação das hipóteses anteriormente conjecturadas em vista das estruturas e relações propostas.

Tem-se aqui uma tentativa de desocultamento do significado dos discursos permitindo ir além das primeiras impressões, quebrando com a perigosa possibilidade de um entendimento meramente superficial daquilo que foi manifestado em uma fonte, a qual é base de expressão de processos individuais e sociais, fator que faz da inferência e confrontação a razão de ser desta análise. Desta forma, cada tema deve ser avaliado

quantitativamente, o que constitui um suporte para posterior análise qualitativa, a qual se realiza por meio de inferências entre as fases do processo da formação dos fatos e a verificação das transformações sociais ocorridas no processo. Deve-se levar em conta as relações conflituosas existentes, pelas quais as classes com menos acesso ao poder conseguem se articular por meio de suas lideranças e ganhar expressão, determinando novos caminhos para as relações entre os interesses políticos, econômicos, sociais e, por fim, religiosos.

Daí a contribuição da análise de conteúdos sob uma perspectiva metodológica que propicia uma facilitação em visualizar o desenvolvimento das etapas do processo da formação da mentalidade sociocultural da cidade, com base em um aprofundamento da análise de conjuntura por meio da perspectiva dialética, a qual deve partir da contextualização do fato histórico, pela constatação dos conflitos para a sua superação, pela consciência, chegando à sua conseqüente transformação social.

A partir dos conflitos de interesses, deve-se constituir uma análise de conjuntura, tendo como instrumental as referências das várias esferas constituídas em suas possíveis tramas de influências que possam estar contidas, analisando os eventos ocorridos, cronologicamente organizados e relacionando-os com as fases do processo, observando o seguinte quadro:

a) Levantamento das fontes;	b) Leitura da bibliografia;	c) Leitura de fontes;
d) Análise dos dados;	e) Elaborar qualificação;	f) Elaborar dissertação

A definição do corte temporal como processo de análise

A definição do corte temporal tem como critério estabelecer o período em que a diocese de Maringá foi governada pelo primeiro Bispo Dom Jaime Luiz Coelho. Para desenvolver o trabalho, faz-se necessária não somente a análise dos anos de 1957 a 1987, mas também os primórdios da ocupação e colonização do Paraná, porque esta região já apresentava uma ocupação nesta época, mesmo que não tivesse por base a Igreja Católica. Assim, optou-se pela seguinte periodização com seus critérios:

- 01/02/1956 – Papa Pio XII criava a Diocese de Maringá por meio da Bula *Latissimas Partire Ecclesias*, separando-a da diocese de Jacarezinho;
- 03/12/1956 – O Papa Pio XII elege como monsenhor Jaime Luiz Coelho, Cura da catedral de Ribeirão Preto-SP, primeiro bispo diocesano de Maringá;
- 24/03/1957 – Instalação Canônica da Diocese de Maringá, sufragânea da Província Eclesiástica de Curitiba. Presença do Monsenhor Pio Gasperi, auditor da Nunciatura Apostólica, quando da entrega da Carta Pastoral de saudação. Também chegada e posse de Dom Jaime a Maringá;
- 15/08/1958 – Lançamento das pedras fundamentais do Seminário Menor Diocesano e da Catedral Nossa Senhora da Glória de Maringá;
- 20/01/1968 – Papa Paulo VI cria a Diocese de Paranavaí, desmembrada de Maringá;
- 31/10/1970 – Papa Paulo VI cria Província Eclésia de Londrina, e de Maringá, sua sufragânea;
- 16/10/1979 – Criação da Província Eclesiástica de Maringá, com seu primeiro Arcebispo Metropolitano, e das dioceses sufragâneas de Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama;

- 20/01/1980 – Instalação canônica da Arquidiocese de Maringá, estando presente, em sua segunda visita, o Senhor Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco;
- 22/03/1992 – Comemoração dos 35 anos da Diocese de Maringá; presença do Senhor Núncio Apostólico Dom Carlos Furno, hoje Cardeal da Igreja;
- 06/04/1997 – Comemoração dos 40 anos da Diocese de Maringá, momento de transmissão do governo da Arquidiocese para Dom Murilo S. R. Krieger SCJ.

A formação histórica do Catolicismo pioneiro em Maringá

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, quer-se compreender a concepção cultural formulada a partir de uma concepção católica de religiosidade, dada entre o período de 1950 a 1980, para a formação e desenvolvimento da diocese de Maringá. Para tanto, faz-se necessário analisar o contexto histórico em que a diocese se insere, sendo, então, um estudo sobre o fenômeno religioso cultural vigente em relação ao processo de formação da sociedade maringaense. Propondo uma discussão sobre a formação da identidade cultural da cidade de Maringá, abordando questões que são fundamentais para essa formação identitária, levando-se em consideração os elementos provenientes da religião católica aí imbricados, tendo como expressão a nascente diocese de Maringá. Propõe-se analisar a questão a partir do contexto eclesiológico, possibilitando o entendimento de uma cosmovisão própria da “Cidade Canção”,² decifrando o encontro do homem com o sagrado, pois, segundo Mircea Eliade (1981, p. 7), “o Sagrado é um elemento da estrutura da consciência, e não uma etapa na história dessa consciência”.

A colonização do norte do Paraná tornou-se objeto de investigações por parte de vários pesquisadores, por se constituir em um processo ímpar na história do Brasil pela rápida efetivação do povoamento e por suas características peculiares. Os primeiros movimentos ocupacionais da região datam da segunda metade do século XIX. Entre 1860 e 1925, a colonização processou-se pela penetração de imigrantes, que se estendeu do rio Itararé até o rio Tibagi, região hoje denominada de Norte Velho. A exploração agrícola inicial teve características semelhantes às do vizinho estado de São Paulo, com estruturas fundiárias baseadas em grandes propriedades com regime de trabalho e técnicas agrícolas similares. Somente no início do século XX é que a ocupação da região passou a adquirir verdadeira feição de colonização, feita de maneira organizada sob a ação de Companhias de Terras particulares, por meio de concessões e/ou alienações propiciadas pelo governo do Estado.³

Entre 1920 e 1950, a colonização dá-se na região que se estende do rio Tibagi até o rio Ivaí, espaço denominado Norte Novo, onde se localizam as cidades de Maringá e Londrina, sendo estas pólos de desenvolvimento econômico e social. A ocupação continua para o oeste e, no período entre 1940 e 1960, dão-se a colonização da região do Norte Novíssimo, também designado como noroeste, que se estende até o rio Piqueri. Esta região, justamente como parte da região do norte novo, é integralmente polarizada por Maringá. A colonização desta região foi favorecida pela impossibilidade de expansão da cultura cafeeira do estado de São Paulo, pela reconhecida fertilidade das terras roxas, pela conjuntura internacional do café e pela implantação da Igreja Católica através da institucionalização da diocese de Maringá em 1957 (DIAS & GONÇALVES, 2001).

² Maringá é hoje conhecida como “Cidade Canção”, um título recebido em homenagem à origem de seu nome: uma história cheia de encantos que mistura textos lendários e fatos reais, baseada na bela canção do compositor Joubert de Carvalho “Maringá, Maringá”.

³ SERRA, Elpidio. *A colonização do Paraná*. Tese de Doutorado, Biblioteca da Universidade de Maringá.

O processo de colonização da região é bastante recente, intensificado entre as décadas de 1940 e 1950, sobretudo pelos significativos fluxos migratórios atraídos pela introdução e desenvolvimento da cultura cafeeira, como extensão da fronteira agrícola do norte pioneiro, em direção ao Norte Novo e Norte Novíssimo paranaense. Esses fatores despertaram, em nível nacional, um grande interesse das companhias particulares pelo norte do Paraná, em especial a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a qual empreendeu uma das mais significativas obras de colonização dirigida no território brasileiro, sendo fundamental neste processo compreender a importância da Igreja Católica como agente ativo na construção de uma identidade de modernidade urbana sociocultural maringaense que ora se formava.

Em geral, os “pioneiros”, que vinham de regiões agrícolas de São Paulo em busca de novas oportunidades no Paraná, na sua maioria, eram pessoas simples, habituadas ao trabalho e dispostas a enfrentarem dificuldades, tais como a precariedade das estradas, as distâncias a serem percorridas, e a falta de conforto e assistência médica. Apesar de todas as dificuldades, o pequeno povoado foi crescendo, muitas famílias novas foram chegando e se integrando à vida incipiente do local. Embora fossem pessoas de várias regiões, logo se tornaram um grupo coeso, todos se ajudavam na medida do possível.

Esse vilarejo foi constituindo-se uma identidade própria, o que levou a Igreja Católica a criar uma nova região diocesana para atender a esses colonos. Era necessário reafirmar a prática de ir à missa aos domingos, participar das rezas e festas religiosas, acontecimentos que eram considerados entretenimento, sendo uma das poucas coisas que se tinha para fazer afora o trabalho. Tratava-se de transformar estas ações em hábito de fé. Os bares, cinemas e casas do gênero eram poucos; na sua grande maioria as mulheres e as crianças eram privadas de frequentarem tais recintos (LUZ, 1987). Somente em 10 de maio de 1947 é que foi fundado oficialmente, pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná, a cidade de Maringá, sendo distrito da cidade de Mandaguari. Menos de uma década depois, em 1951, Maringá foi elevada à condição de município, tendo como distritos Iguatemi, Floriano e Ivatuba. Para completar esse processo, em 1954 recebeu o título de comarca. No entanto, para firmar-se como uma região próspera foi fundamental a criação, em 1956, da Diocese de Maringá, por meio da Bula “*Latissimas Partire Ecclesias*”, do Papa Pio XII, sendo uma circunscrição territorial sujeita à administração eclesiástica do primeiro Bispo Dom Jaime Luis Coelho.

A nova Diocese, entendida em seu contexto histórico, apresenta características significativas que a tornam bem mais do que uma simples localidade religiosa rumo ao “Reino de Deus”, pois os conflitos sociais, políticos e culturais que marcaram o processo de sua fundação são importantes para a compreensão da formação da identidade sociocultural do povo maringaense. Nesse sentido, merecem atenção especial em virtude de constituírem os primeiros embates do processo de instalação, tanto do espaço social quanto da formação da identidade religiosa e política da diocese recém criada e da nova cidade. Personagens essenciais neste relato, os membros da Igreja ajudaram, no decorrer da história da cidade, a criar e a desenvolver uma consciência moral católica, sendo uma questão decisiva no conjunto de transformações pelas quais a sociedade maringaense passava. Diante de um contexto tão abrangente, a comunidade religiosa atuava na vanguarda do movimento da formação cultural da cidade, a qual pretendia romper com o secularismo, para assim transformarem-se, a si próprios, em “peregrinos a caminho do céu”⁴.

Assim, a identidade e a unidade se caracterizaram em torno do poder simbólico refletido pela catedral, através de uma visão arquitetônica moderna, o então bispo Dom Jaime Luiz Coelho, inspirado pelo pioneiro foguete *Sputnik*, revoluciona a arquitetura

⁴ Essa ideia de ser “cidadão do Céu” foi reforçada pelo então Bispo, utilizando-se da ideia do “Poustinikki”, palavra russa que quer dizer “O que se desperta da Terra e se eleva para o Céu”, plagiando os russos que nesta mesma época lançavam um foguete à Lua com esse nome. Tudo isso para marcar profundamente a formação identitária sociocultural da cidade com um símbolo sumamente representativo, a Catedral Basílica Menor Nossa Senhor da Glória.

eclesiástica e constrói a nova Catedral Nossa Senhora da Glória numa forma cônica, com o vértice apontado para o céu, querendo que esta fosse um convite a toda a população, para que sempre estivesse voltada para o céu, para Deus. Dessa forma, transformou a Catedral num ícone, numa das imagens mais características da formação identitária da cultura maringense. Tal imagem e representação evangélica contribuíram para a definição do Projeto Pastoral aplicado na diocese imprimindo uma identidade (pastoral) católica, bem como na definição da formação cultural maringense ⁵.

A cidade moderna como propaganda da Companhia de Melhoramentos

Com a fundação oficial da cidade de Maringá em 1957, nascia a ideia de construir no norte novo do Paraná um núcleo urbano moderno, em função de um desenvolvimento que atendesse às necessidades da produção agrícola e, em especial, cafeeira, tornando-se a propaganda de cidade moderna pretendida pela Companhia. Já no seu início Maringá começou a corresponder à imagem idealizada pelos que a criaram, impondo-se como centro econômico e administrativo do norte novo do Estado, superando a imagem da cidade inviável e fantasma, com uma mata fechada, onde proliferavam mosquitos causadores de febres. O discurso modernizador tomou impulso a partir do momento em que as primeiras novidades materiais se concretizaram, demonstrando a determinados segmentos da sociedade a viabilidade de transformar Maringá numa cidade moderna, sendo um modelo de realização bem-sucedida. ⁶

O projeto modernizador no incipiente processo urbano-industrial de Maringá foi centrado em duas vertentes. A primeira, de ordem econômica, voltada para as melhorias urbanas constituídas para uma cidade moderna e, a segunda, com um viés político, que se interessava pela transformação do homem “rude”, proveniente do campo, em um trabalhador eficientemente produtivo e disciplinado. Essa “fase” é retratada no discurso modernizador presente nas mensagens do governo do Estado, na Legislação, nos relatórios das fábricas e até da polícia na época, tendo-se utilizado como veículo, o jornal *A Folha do Norte do Paraná*.⁷ Essa documentação traz ricas informações a respeito das intenções que estavam em jogo nesse discurso. Neste jornal, pode-se perceber que se procurava, no decorrer dos primeiros anos, formar uma mão-de-obra dedicada ao trabalho e, principalmente, obediente.

Assim, as precárias condições de vida dos Pioneiros no período inicial foram entendidas por eles como “tempos difíceis”, o que outros segmentos sociais viriam como “tempos de mudanças”, na expectativa de uma época de progresso. Esses “tempos” foram, principalmente para os trabalhadores, um período de resistências, de enfrentar a “dureza da vida”, de “se virar”. Estas palavras na linguagem populares traduziam-se em lutas diárias pela sobrevivência do pobre, proveniente, principalmente, das fadadas lavouras de café, o que, frente a este discurso modernizador e a disciplina do cotidiano, faz-nos refletir sobre as resistências dos trabalhadores pobres. Os artigos publicados nesta época tinham como foco o interesse em incutir no “homem comum” a obediência às autoridades e às leis, revelando a intenção de injetar nos trabalhadores o culto aos santos e aos heróis.

⁵ Até os 35 anos de institucionalização da Igreja Diocesana de Maringá, foram instituídos e executados 15 Planos de Ação Pastoral, sendo que o 1.º Plano de Pastoral Orgânica da Diocese de Maringá, isso em 1973, teve a preocupação de institucionalizar a caminhada até então praticada, dando os primeiros passos para a realização do Plano de Pastoral Orgânica, com as seis áreas de vida da Igreja.

⁶ Também chamada de “Cidade Canção” e/ou “Cidade Ecológica”.

⁷ O jornal *A Folha do Norte do Paraná* foi o primeiro jornal de Maringá, idealizado, organizado e produzido pelo Bispo Dom Jaime Luiz Coelho. Sua primeira edição deu-se em 1964 e a última em 1987, tendo sido um jornal matutino e diário, material do qual se compõe o acervo do Museu Diocesano de Maringá.

Foram muitas as dificuldades dos pioneiros nesta cidade, assim, a população passou a frequentar a Igreja como sendo uma forma de alento, buscando nas santas missas, semanas santas, festas religiosas, quermesses etc., um apoio moral para ajudá-los a superar as várias dificuldades. Estas celebrações se constituíam em “espaços de transmissão” dos ensinamentos a respeito do pecado, da moral, do julgamento e do inferno. Essa educação religiosa reforçava o imaginário da população no sentido de evitar o uso da violência. No entanto, uma das formas de controle social que melhor correspondia a essa formação de uma identidade local se processou por meio dos ensinamentos do catolicismo tanto institucional quanto popular, pelos missionários e padres. As Missas, as Santas Missões e Semanas Santas foram momentos privilegiados para construir e/ou reforçar as “lições de boa conduta”. Em razão destes eventos religiosos, a ideia de purificação penetrou profundamente nas almas destes habitantes, possibilitando que os atos de violência e sofrimento fossem parcialmente extirpados de suas vidas. Nessas celebrações, há uma intensa vivência dos ensinamentos religiosos por parte desta população interiorana. O traço comum destas comemorações era o seu caráter penitencial. Nas Santas Missões, por exemplo, a população ouvia os pregadores e jejuavam, pedindo a Deus perdão pelos pecados cometidos. Assim, procurava-se estabelecer a partir de uma relação de fé, bem como da coerção, no sentido de estabelecer no âmbito da comunidade uma identidade de fé católica apostólica romana e de respeito às instituições e poderes constituídos, tanto das autoridades civis quanto das religiosas.

Todo esse arcabouço de relações se torna uma fonte inesgotável de pesquisa. Segundo o historiador Euclides Marchi (1989, pp. 3-4),

a história das instituições religiosas deixa de ser estranha aos pesquisadores, constituindo-se num importante objeto de pesquisa e do saber histórico no âmbito do conteúdo e da elaboração de metodologias de tratamento das fontes e explicação dos conceitos específicos. Atualmente, historiadores da Igreja no Brasil, grupos de pesquisadores das universidades e pesquisadores isoladamente realizam seus trabalhos tendo como objeto e Igreja e a religião.

Contudo, ainda segundo Marchi, há pouco espaço na historiografia brasileira reservada à pesquisa tendo como área de interesse a Igreja Católica como instituição, bem como de suas propostas e práticas pastorais, tanto sob o ponto de vista institucional quanto como força política atuante na realidade social. O mesmo se confirma quanto à ação da Igreja vivenciada pelos fiéis. Os enfoques de maior interesse dos historiadores estão voltados para o estudo das manifestações religiosas populares vivenciadas pelas camadas populares menos favorecidas, o catolicismo das festas e das grandes massas. Há poucos estudos abordando a gradativa substituição do catolicismo popular pelo romanizado e modernizador. Corroborar essa visão a historiadora Jacqueline Hermann, na obra *História das religiões e religiosidade*, cujos trabalhos historiográficos sobre o que se chamaria religiosidade popular têm sido mais estudados pelos intelectuais brasileiros do que as histórias institucionais e/ou das ideias ou doutrinas religiosas. Essa ausência é um desafio para os historiadores que pretendem dedicarem-se à história do fenômeno religioso.

O final do século XIX marca as primeiras reflexões sistemáticas e de cunho notadamente científico sobre religião e religiosidade brasileira, sob um discurso anticlericalista radical dos positivistas. Nesse ambiente de mudanças de paradigmas e de configurações das ciências sociais no Brasil, a Igreja estava seriamente abalada em muitos dos seus setores na sociedade. As concepções de mundo já não estavam embasadas na teologia, mas, sim, nas ciências naturais e sociais com argumentos objetivos, sustentados na experimentação e na ideologia leiga secularizada. Seguindo os passos da física social de Augusto Comte a pesquisa a respeito da religião e da religiosidade foi-se constituindo como campo de saber autônomo. Intelectuais como Euclides da Cunha, Nina Rodri-

gues, Sívio Romero e Felisbello Freire buscaram no positivismo comtiano, no darwinismo social e/ou evolucionismo de Spencer uma explicação da situação em que se encontrava o Brasil em relação aos outros países, principalmente os europeus. Procuravam achar a “chave” para superar o atraso em que se encontrava o país na linha evolutiva das sociedades europeias.

Felisbello Freire (1977. p. 129), em sua obra *História de Sergipe*, ao se referir ao período colonial sergipano, destacou o papel reservado da Igreja na construção de mentalidades e na organização da vida social da província. A Igreja era percebida como a principal contribuidora do atraso colonial em Sergipe e no restante do Brasil:

A idéia religiosa que era dominante e que tinha dado à classe clerical o papel mais proeminente no movimento social, na direção da sociedade, que a seus ensinamentos achavam-se entregues, apresentava-se poderosa, não só pela diversidade de suas ordens religiosas existentes – os carmelitas, os jesuítas e o clérigo secular – como pela orientação material de sua força, na edificação de capelas [...]. Compreende-se facilmente que o domínio do sentimento religioso, incutido no espírito popular pelo clero, que se manifestava por três ordens religiosas e pelo clero secular, trazia embaraços ao progresso colonial (FREIRE, 1977, p. 129).

Para os cientistas sociais Nina Rodrigues, Artur Ramos, Gilberto Freire e Roger Bastide, o caráter nacional ou a especificidade de nossa formação sócio-cultural se dá por meio do estudo da cultura negra e do processo de miscigenação, destacando o sincretismo religioso. Estes também consideram a religiosidade popular como elemento central da pesquisa. Podemos considerar que com o abalo da credibilidade nas instituições religiosas do final do século XIX e inícios do século XX, vários cientistas sociais, como E. Durkheim e Max Weber, firmaram suas análises sob a ideia de que a ciência social deveria tratar a religião como elemento da própria dinâmica social. Muitos estudiosos afirmavam que as reais funções da religião não eram compreendidas pela maioria dos crentes e que seus efeitos concretos sobre a sociedade eram escamoteados. Marx via na religião um instrumento de conservação da ordem social estabelecida, da legitimação do poder e domesticação do povo, transformando a religião em mero instrumento a serviço da dominação.

No entanto, contrariando aquele modelo de análise, não há espaço para um processo de depreciação da religião. Faz-se necessário ficar atento às determinações que enquadram a vivência religiosa de certos grupos sociais como instrumento ou, no máximo, consequências de crises sociopolíticas estruturais. O pressuposto de que a religião e a igreja são instituições cumpridoras de funções ideológicas, submissas às burocracias estatais e incapazes de definirem objetivos e representações próprias se torna incapaz e incorre em erro grave no sentido de não se compreender a partir do avanço da própria ciência social que a religião tem uma esfera própria e que sua ação deva ser investigada e compreendida a partir dessa esfera que lhe é peculiar.

Para Bourdieu (1998), é impossível não relacionar que a Igreja contribui para imposição dos princípios de estruturação, percepção e visão de mundo e, em última análise, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura, objetivamente fundada em um princípio de visão política, apresenta-se como estrutura natural / sobrenatural do cosmos. Paralelamente, monta-se um processo de operacionalização e controle dessas crenças e ações que transformam as demandas coletivas em ofertas particulares de bens sagrados. Instalam-se processos especializados de produção, reprodução e difusão dos bens religiosos, bem como uma sistematização e moralização das práticas e das representações religiosas.

Segundo Bourdieu (1998), é no âmbito da cidade que crescem os especialistas da religião e, ao mesmo tempo, ocorre uma espoliação simbólica pelas quais os fiéis ficam cada vez mais pobres de seus meios de expressarem “sua religião”, provocados por um distanciamento em relação aos seus elementos de fé. Bourdieu ainda salienta

esse processo como sendo meio de crescimento da urbanização, provocando alterações e mudanças profundas na forma de manifestação da religiosidade e, por consequência, na forma de perceber a organização societária. Todavia, o historiador deve atentar para o fato de que a Igreja não se resume somente a um corpo de especialistas. Implica pensá-la numa comunidade moral formada por todos os crentes da mesma fé, tanto fiéis leigos como sacerdotes. Para Marchi (1997, p. 177), “Igreja significa aquilo que seus membros querem significar: a instância religiosa a que se filiam pelos sinais visíveis da fé e da prática da religiosidade”.

Assim, a partir do conceito de Igreja implica pensar sempre que esta instituição tem uma relação consigo mesma e com a sociedade. Mesmo que haja um núcleo central de sua ação, a propagação da fé por meio de sua mensagem religiosa, dos atos litúrgicos e das práticas pastorais, mesmo assim a Igreja defenderá outros interesses e buscará expandir suas influências.

Nesse sentido, a análise da Igreja enquanto uma comunidade de “membros especializados” e fiéis a elaborarem os seus símbolos e significados exige necessariamente a compreensão da mesma como fenômeno imerso numa complexa rede de relações culturais, sociais e de poder. Dessa forma, não há como afirmar que a Igreja foi a mesma em todos os tempos e todas as localidades. Existe um confronto histórico permanente entre Igreja e a diversidade das culturas nas quais ela se insere. Assim, por meio de uma capacidade de releitura das realidades sociais, que vai além de reproduções mecânicas das ideias, dá-se o ponto nevrálgico em que se insere essa problemática.

Nesta perspectiva, segundo Marchi (1997, p. 181), “a Igreja caracteriza-se como instituição complexa e dinâmica capaz de perceber e reagir frente às ameaças e desempenhar seu papel de detentora dos bens de salvação, não por causa de uma teologia, mas pelos vínculos particulares historicamente consolidados”. Assim, A Igreja no Brasil foi se definindo historicamente numa nova roupagem a partir da quebra do padroado, na condição de uma autocompreensão de sua nova situação e na busca de alternativas para ocupar um lugar no limiar das mudanças em curso. A Igreja não ficou parada assistindo à nova situação social e política do final do século XIX e início do século XX.

Considerações finais

A Igreja Católica tem em seu corpo doutrinário um conjunto de diretrizes e normas a serem aplicadas na evangelização, introduzidas a partir dos Planos de Ação Pastoral, descrevendo esse processo a partir de seis aspectos fundamentais: 1) dimensão comunhão e participação; 2) dimensão missionária; 3) dimensão bíblica catequética; 4) dimensão litúrgica; 5) dimensão ecumênica; 6) dimensão sócio-transformadora.

Essas diretrizes se tornam os pilares do processo catequético, possibilitando a partir de determinadas circunstâncias que se acentue um ou outro aspecto. Não podemos nos esquecer que o processo pastoral ou a evangelização é uma realidade rica, complexa e dinâmica. Isso significa que se a Igreja – evangelizadora como é – se prender a um ou outro aspecto desta rica realidade, deve, no entanto levar em consideração as exigências para que o evangelho possa ser transmitido de maneira fiel e completa. O projeto da Ação Pastoral está fundamentado a partir dessas seis exigências, as quais devem tornar-se realidade concreta em todas as dioceses.

Assim, cada diocese apresenta uma fundamentação conceitual fixada em diretrizes por meio dos planos de ação pastoral diocesano, em suas atividades permanentes e concretas, as quais fazem parte do planejamento e realização imediata do estabelecimento total do plano de Ação Pastoral. Assim, cada diocese adota para si, de tempos em tempos, um plano de ação pastoral, o qual delimita, administra e coordena a ação eclesial. Sua exequibilidade só é possível porque a Igreja Católica entende a pastoral como *Igreja em Marcha*, como sendo o “Agir da Igreja” que, espelhado em Jesus Cristo, na constituição da Igreja (Católica) e na figura do Bispo, torna-se concreto. A ação

pastoral compreende que a vida humana perpassa vários aspectos. O agir pastoral deve ser um agir que passa pelas dimensões humanas, quer espiritual, quer material. A Igreja, em sua ação pastoral, deve considerar as situações concretas das pessoas e dos agrupamentos humanos como sendo uma busca de concretizar o seu ideal evangelizador e cultural.

A Arquidiocese de Maringá procurou desenvolver um projeto evangelizador sintonizando a sua ação pastoral com uma noção cultural delineada pelo então Bispo Dom Jaime Luiz Coelho, estando em conformidade tanto com a Conferência nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quanto com a Igreja do Paraná (regional Sul II). Desta forma, a formação do *ethos* religioso formador dessa cultura religiosa que o catolicismo constituiu na região de Maringá ao longo dos anos, concretiza-se segundo a implementação dos planos de ação pastoral implantados na Diocese de Maringá, os quais se afirmaram como veículos essenciais na compreensão cultural e religiosa da população maringaense.⁸

Referências bibliográficas

ANDRADE, Cândido Teobaldo. *Psicossociologia de relações públicas*. São Paulo: Loyola, 1989.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Persona Edições, 1977.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante, in: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FRANCO, Maria. L. P. Barbosa. *Ensino médio: desafios e reflexões*. Campinas: Papirus, 1994. cap. 8: Estudo de caso e a análise quantitativa/qualitativa, p. 151-157, cap. 9 : O que é análise de conteúdo, p. 155-180.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

GODOY, Arenida Schimidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo. Brasiliense, 1989.

⁸ Entre os Planos Pastorais implantados na Diocese de Maringá pode-se citar: 1973 – 1.º Plano de Ação Pastoral; “Implantação do Plano orgânico da Diocese”; 1974 – 2.º Plano de Ação Pastoral: “A face da Igreja peregrina”; 1975 – 3.º Plano de Ação Pastoral: “Ano santo e Ano Eucarístico no Brasil”; 1976 – 4.º Plano de Ação Pastoral: “Diretrizes da ação Pastoral da Igreja no Brasil” (CNBB) – enfoque na CEBs e Pastoral da Família; 1977 – 5.º Plano de Ação Pastoral: “Vem Senhor Jesus”; 1978/79 – 6.º Plano de Ação Pastoral: “Evangelii Nuntiandi”; 1980/81 – 7.º Plano de Ação Pastoral: “Na década de Puebla”; 1981 – 8.º Plano de Ação Pastoral: “Ano Jubilar”; 1982 – 9.º Plano de Ação Pastoral: “Caminhada de 25 anos”; 1983 – 10.º Plano de Ação Pastoral: “Catequese Renovada”; 1984 – 11.º Plano de Ação Pastoral “Para continuar o serviço de evangelização”; 1985 – 12.º Plano de Ação Pastoral: “Lutamos porque cremos – ano Internacional da Juventude”. 1986 – 13.º Plano de Ação Pastoral: “Tornar a terra de Deus e de irmãos”. 1987/88 – 14.º Plano de Ação Pastoral: “As três prioridades Pastorais do Regional Sul II”; 1989/92 – 15.º Plano de Ação Pastoral: “Assumir as seis linhas da Ação Pastoral e os seus Destaques Pastorais”. In: *Revista de comemoração dos quarenta anos da Arquidiocese de Maringá*. Cúria Diocesana, Maringá.

MARCHI, Euclides. *A Igreja e a questão social: o discurso e a práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915)*. São Paulo, 1989 (Tese de Doutorado).

MARCHI, Euclides. Religião e Igreja: a consolidação do poder institucional. *Revista História: Questões e Debates*, APAH – Associação Paranaense de História, Ano 14, n. 26/27, jan.-dez. 1997, p. 172-195.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SCHLEYER, Judith R. Estudos de usuários: introdução à problemática e a metodologia. *Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Brasília: ABDF, 1982, p. 49-71.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1975.

SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Tese de Doutorado. UNESP. Rio Claro, 1991.

THIOLHENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. 3. ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 38.

TRIVINOS, Augusto, N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1994.